

A REFORMA AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL: ANÁLISE E IMPACTOS

AUTORES:

Nome: Emanuel Márcio Nunes¹
Endereço: Avenida João Pessoa, 31
Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE/UFRGS)
90400 – 902 Porto Alegre – RS
Tel: (51) 3224-8591
Fax: (51) 3216-3281
E-mail: emanunes@zipmail.com.br

Nome: Karla da Silva Queiroz²
Endereço: Rua José Paulino do Rêgo, 39
Bairro Dom Bosco
59900 – 000 Pau dos Ferros – RN
Tel: (84) 8801-2378
E-mail: karla.squeieoz@bol.com.br
karlasqueiroz@yahoo.com.br

Nome: Kalianne Freire Godeiro³
Endereço: Rua Vinte Quatro de Maio, 181, apto. 502
Bairro Centro
90050 – 180 Porto Alegre – RS
Tel: (51) 3224-8591
E-mail: kaliannefg@bol.com.br

Tema: Acesso a Terra e Desenvolvimento Territorial: qual o papel das comunidades locais?

¹ Economista, Professor Assistente do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia (IE/UFU) e Doutorando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IEPE/UFRGS).

² Assistente Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

³ Engenheira Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM).

A REFORMA AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL: ANÁLISE E IMPACTOS

*Emanoel Márcio Nunes*⁴
*Karla da Silva Queiroz*⁵
*Kalianne Freire Godeiro*⁶

RESUMO

Este trabalho busca apresentar evidências teóricas e empíricas acerca da experiência de reforma agrária e do desenvolvimento na realidade rural do estado do Rio Grande do Norte, Brasil, além de demonstrar as relações funcionais em um contexto mais amplo no qual assentamentos rurais e comunidades locais se inserem em mercados, tendo em vista as transformações e impactos resultantes da globalização. A partir das contribuições dos clássicos brasileiros dos anos 50 e de autores recentes nos anos 80 e 90 acerca do debate brasileiro da reforma agrária, o objetivo aqui é demonstrar, em seu alcance, qual a contribuição da experiência da reforma agrária desenvolvida no estado do Rio Grande do Norte para o debate em torno do desenvolvimento rural e local e quais suas formas de reação e reconfiguração frente aos impactos da globalização neste contexto.

Palavras chave: Reforma agrária, desenvolvimento rural, agricultura familiar.

1. INTRODUÇÃO

A modernização a qual foi submetido o meio rural brasileiro se deu de forma parcial deixando de fora amplos segmentos, principalmente o de agricultores familiares. Para estes, entretanto, a não inclusão no padrão *moderno* de produção colocou-lhes diante do desafio de se reinventar e se diferenciar para conseguir se inserir em mercados de produtos e serviços.

Mas, se impactos do processo de globalização, presentes em maior ou menor grau nas diferentes regiões e municípios brasileiros, têm acirrado o processo de exclusão e desagregação da produção familiar, este desafio da reinvenção, ou reconfiguração, tem tido algumas respostas: as cooperativas e associações de agricultores familiares; a pluriatividade; a negociação com o poder público local e com instituições visando obter recursos para viabilizar os investimentos; a agregação de valor; e a formação e consolidação de assentamentos de reforma agrária que, de outra forma, estariam excluídos do mercado.

Assim, a questão central, para nós, é se esta capacidade de reinvenção, onde ela muitas vezes nem se esboça, pode emergir, se expandir - tanto no sentido de envolver mais agentes quanto de apontar novos caminhos - e, direcionar uma trajetória de desenvolvimento da própria economia local, onde o rural é uma peça essencial.

Afirmativamente, a hipótese que estamos defendendo é a de que o desenvolvimento rural pode e deve ser pensado não somente como alternativa de superação das dificuldades econômicas e sociais dos produtores familiares, mas, sobretudo, como eixo fundamental e estratégico para um desenvolvimento mais amplo, dinamizado a partir da contribuição de ações localizadas desenvolvidas pelo segmento da agricultura familiar.

Entretanto, cabe perscrutar até que ponto a experiência de reforma agrária desempenhada pelo estado do Rio Grande do Norte nos últimos dez anos tem cumprido o papel de constituir-se numa estratégia para consolidar comunidades locais e de resgate da agricultura familiar, além de elevá-la à condição de um segmento estratégico para o desenvolvimento em geral. Nos termos da referida questão, cabe avaliar se esta experiência, na forma como foi implementada e no seu alcance, contribui de fato como referência nas discussões em torno de um projeto mais amplo de desenvolvimento rural.

⁴ Economista, Professor Assistente do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Doutorando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IEPE/UFRGS). E-mail: emanunes@zipmail.com.br.

⁵ Assistente Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). karla.squeieoz@bol.com.br.

⁶ Engenheira Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM). kaliannefg@bol.com.br

2. DESENVOLVIMENTO E REFORMA AGRÁRIA: O DEBATE BRASILEIRO

O debate iniciado no governo Vargas acerca do caráter que deveria assumir o desenvolvimento econômico brasileiro torna-se o grande catalisador da política nas décadas de 1950 e 1960. A continuidade do processo de industrialização poderia ocorrer pela expansão do mercado interno ou por meio da abertura do mercado externo, mediante uma política mais agressiva de exportação com aceitação, é claro, de capitais estrangeiros como financiadores da industrialização. Foi a primeira opção, também chamada de nacional-desenvolvimentista e baseada no modelo de substituição de importações, que acabou vigorando a partir da década de 1930 e, especialmente nas décadas de 1950 e 1960. Com isso, passou-se a buscar a definição de qual deveria ser o papel da agricultura no processo de desenvolvimento do país. Assim, a partir dos anos 1950 o campo brasileiro tornava-se o centro das questões relacionadas ao desenvolvimento em que o atraso da agricultura, em especial a sua estrutura fundiária, seria apontado como obstáculo ao processo de desenvolvimento capitalista no país.

Entre os estudiosos dessa questão, entretanto, as avaliações nem sempre convergiam. Uma primeira corrente, de inspiração marxista e que tinha a frente GILBERTO PAIM (1963), ALBERTO PASSOS GUIMARÃES (1963) e IGNÁCIO RANGEL (1962), defendia que o campo representava uma herança do passado colonial, no qual teria havido um feudalismo brasileiro e que seus restos impediam o desenvolvimento capitalista. Para estes, o latifúndio deveria ser superado para que o país pudesse ampliar a cidadania e o bem-estar dos trabalhadores rurais e o pleno desenvolvimento, inclusive o industrial. Assim, a reforma agrária teria um papel revolucionário, pois, com a distribuição de terras, seria possível superar as velhas relações de produção, herança do feudalismo colonial que travavam o desenvolvimento da agricultura.

Para outra corrente, marxista como a anterior e que tem como expoente CAIO PRADO JR. (1981), o campo não era, de modo algum, feudal ou atrasado, mas sim um ambiente onde predominava relações de trabalho capitalistas deficientes e pouco desenvolvidas. E a reforma agrária deveria ser feita apenas em alguns lugares necessários e teria, portanto, o objetivo de melhorar o padrão de vida da massa trabalhadora rural, principalmente por meio do exercício efetivo e moderno dos direitos trabalhistas. PRADO JR. (1981) foi um dos defensores desta corrente a qual a reforma agrária também cumpriria importante papel para o desenvolvimento econômico do país e a agricultura, com sua estrutura fundiária altamente concentrada e a presença de latifúndios improdutivos, expressão bastante usada na época, era considerada, inclusive pela burguesia industrial, como entrave ao desenvolvimento capitalista do país.

Para PAIM (1963), o caráter feudal da economia natural não fazia com que esta fosse capaz de gerar produtos com valor de troca para constituir um mercado. A forma fechada da economia natural fazia com que o latifúndio se configurasse numa unidade autônoma, onde tudo o que se precisava (comida e roupas para os escravos, ferramentas...) era produzido apenas para o consumo no interior da fazenda, e a baixa qualidade dos produtos não despertava interesse para além da fronteira do latifúndio, muito menos para a aquisição por parte da metrópole. O fato de ser para o consumo do interior da unidade rural, a produção não estimulava um processo de relação mercantil, pois os produtos eram dotados apenas de valor uso e não de troca. Isto, segundo PAIM (1963), era um empecilho para o desenvolvimento econômico do país, pois as relações comerciais da elite agrária brasileira aconteciam apenas no âmbito do mercado externo, onde esta exportava café, açúcar, couro, etc., e importava da Europa todos os seus bens de consumo. A agricultura vista pela economia natural emperrava a industrialização, a qual se destacava como prioridade no momento. E, caso a escolha fosse a de reforçar essa economia natural, o país se tornaria ainda mais agrário, feudal e atrasado.

Para RANGEL (1962), o modelo de substituição necessitaria de um determinado ajuste. A prioridade era viabilizar a industrialização, e a agricultura, através da liberação da mão-de-obra rural seria o setor com contingente de trabalhadores capaz de contribuir para esse ajuste.

O processo aconteceria, segundo ele, através da liberação do excesso de pessoas do meio rural gerada pela modernização proposta para o latifúndio, onde este se tornaria inviável para a agricultura e passaria a desenvolver uma pecuária extensiva, o que acabaria gerando uma imitação inglesa do *inclosure*, ou seja, a expulsão dos pequenos produtores do campo. Os expulsos do campo iriam aumentar as favelas das cidades e geraria mão-de-obra a ser absorvida inicialmente pela indústria e, conseqüentemente, pelos serviços urbanos surgidos a partir desta e da urbanização. Esse modelo, dentro da lógica da substituição de importações, levaria à industrialização da economia natural e a um excesso de mão-de-obra e de produção. Assim, o centro da Questão Agrária passaria a ser esse excedente de mão-de-obra (superpopulação) que a indústria não absorveria, e de produção (superprodução), que o mercado também não conseguiria absorver. A solução para RANGEL (1962), portanto, seria a recomposição da economia familiar no sentido de garantir a subsistência da população sobrando, via distribuição de lotes de terra em áreas públicas, entorno de estradas etc.

Nessa mesma lógica, GUIMARÃES propõe a eliminação do latifúndio para possibilitar o desenvolvimento capitalista no campo e na cidade. Para ele, a Questão Agrária estaria centrada na rigidez da estrutura fundiária (latifúndio), que entravava o desenvolvimento do capitalismo (industrialização e agricultura em bases modernas), pelo fato de não liberar forças produtivas para a economia. Essa estrutura rígida seria a causa do deslocamento da população rural para a cidade. O latifúndio, segundo ele, representava um entrave ao desenvolvimento capitalista por existir formas feudais internamente e estas tornarem a terra o principal meio de produção e não se constituir mercadoria, onde o seu domínio se caracterizava pela posse de um senhor. Sua proposta era a de acabar com o latifúndio para eliminar esses tipos de relações feudais (relações de produção mais poder extra-econômico) e, com isso, eliminar os entraves para o país proceder ao desenvolvimento capitalista a partir da indústria.

Após o golpe militar de 1964, essas correntes de pensamento que lutavam pela reforma agrária foram fortemente reprimidas. Mesmo assim, o governo militar em 30 de novembro de 1964 promulgou, através de decreto, a primeira lei de reforma agrária do Brasil, a Lei 4.554 que passou a se chamar Estatuto da Terra. Porém, o Estatuto da Terra permitia que a elite agrário-industrial acelerasse o desenvolvimento do capitalismo no campo e sua interpretação possibilitou que o problema-chave da questão agrária fosse a modernização do latifúndio.

Para isso, foram implementados alguns instrumentos de estímulo à modernização da agricultura brasileira como crédito rural, com a criação do SNCR em 1965, pesquisa agropecuária com a criação da EMBRAPA, assistência técnica com a EMBRATER, o seguro agrícola e o programa de preços mínimos. Isso gerou, principalmente na década de 1970, intensas relações entre o capital e o trabalho, a mecanização agrícola e a redução da mão-de-obra nas fases do processo produtivo como o preparo do solo, capina e, posteriormente, na colheita. Com isso, grande parte da população foi expulsa pela modernização, o que passou a gerar um grande problema social que tomou grandes proporções na década de 1980.

Esses problemas de cunho social, resultantes da modernização sem a alteração da estrutura fundiária do país fizeram ressurgir o movimento pela reforma agrária nos anos 80. Mas na década de 1980 a agricultura brasileira tinha se modernizado através do complexo agroindustrial, o qual proporcionava alta produção e produtividade e, com isso, não havia mais justificativa para se fazer reforma agrária por questões econômicas e de produção. Então, o debate recente em torno da reforma agrária tomou um rumo diferente do defendido pelos clássicos dos anos 50, e os estudiosos da questão agora enfatizam outros pontos e não mais as preocupações antigas como, por exemplo, a existência ou não de restos feudais.

Para JOSÉ ELI DA VEIGA (1991), a reforma agrária deveria funcionar como um instrumento economicamente viável, onde os agricultores familiares passariam a dinamizar a economia a partir da formação de uma classe média rural com poder de consumo suficiente para dinamizar o mercado interno e produzir produtos mais baratos para o ambiente urbano.

Para este autor, se deve admitir o papel crucial da reforma agrária, pois são poucas as políticas públicas que tem um impacto tão grande na redistribuição de oportunidades e de riquezas. Para este autor, a presença do Estado é fundamental, pois o maior ou menor predomínio da agricultura familiar no século XX está diretamente relacionado com a intervenção do Estado Moderno nos mercados agrícolas, como o caso da Europa.

Com base na experiência dos países do Primeiro Mundo, a passagem da economia brasileira para uma fase socialmente articulada de desenvolvimento dificilmente poderá prescindir de um conjunto de políticas públicas que venha a fortalecer a agricultura familiar e este deve ser o objetivo estratégico que dá sentido a reforma agrária. O autor considera, portanto, que é preciso uma reforma agrária que desafogue os minifundistas e os tornem viáveis, que transforme arrendatários em proprietários, que ofereça terra aos filhos de pequenos proprietários, e que isto só será possível se a política agrícola deixar de favorecer de forma quase que exclusiva o segmento patronal.

Para JOSÉ GRAZIANO DA SILVA (1988), a reforma agrária deveria atender à finalidade de inclusão social e não o caráter econômico como defendido por VEIGA (1991). Ele coloca que o problema da reforma agrária é atribuição das políticas públicas e esta reforma do campo não é mais uma necessidade para o desenvolvimento do capitalismo. A reforma agrária, segundo ele, é mais urgente para os agricultores familiares apenas pela luta dos trabalhadores de forma massiva. Portanto, é preciso estabelecer alianças com o operário urbano. A questão fundamental para GRAZIANO DA SILVA (1988) não é exatamente a luta pela terra, e sim contra a *lumpenização do campesinato*, através do estancamento do êxodo no sentido rural-urbano.

Esse debate ultrapassou a década de 1980 e passou a influenciar também a década de 1990, onde algumas conquistas foram conseguidas no país no âmbito da reforma agrária e da já existente e marginalizada agricultura familiar. Logo no início desta década propôs-se uma reestruturação do Estado, a qual se estabeleceu a necessidade de sua descentralização a partir da criação de agências autônomas no setor das atividades exclusivas do Estado. Dessa forma, já na primeira metade da década, a repressão às entidades demandantes de terra que eclodiram suas mobilizações por toda parte do país impulsionou, em 1996, a criação do Gabinete do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, transformado um ano depois em Ministério do Desenvolvimento Agrário, o MDA, o qual passou a introduzir o princípio da descentralização da reforma agrária e sua adequação a lógica de mercado. Nesse contexto, dá-se destaque à criação do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar, o PRONAF, em 1996, sem dúvida uma das mais importantes conquistas. Este, no entanto, consiste em uma linha de crédito para os agricultores familiares, a qual substituiu, no ambiente da reforma agrária, o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, o PROCERA.

A descentralização da Reforma Agrária está justificada no documento *Diretrizes do processo de descentralização da reforma agrária*, de setembro de 1997 e estava apoiada no enfoque dado à lógica do desenvolvimento local que, juntamente com a valorização da agricultura familiar e da reforma agrária consolidariam a Política de Desenvolvimento Rural, esta inspirada no modelo europeu do *Novo mundo Rural* e defendida por instituições multilaterais, como o Banco Mundial, BIRD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID. Nos anos 90 foram várias às pressões das organizações demandantes de terra para que fosse feita pelo Banco Mundial, então órgão financiador, uma inspeção no Programa Cédula da Terra e seu derivado Banco da Terra, mas nada foi feito neste sentido. No entanto, em função das críticas direcionadas à forma de execução deste Programa, o BIRD apresentou uma outra proposta e outro nome, o Programa Crédito Fundiário e Combate a Pobreza Rural.

Ao analisar a experiência recente do Rio Grande do Norte, percebe-se que a realidade deste estado brasileiro não difere da desordenada herança fundiária do país, e as políticas públicas e práticas desenvolvidas no sentido de promover a reforma agrária e a agricultura familiar seguiram a mesma lógica do restante do país. É o que passaremos a ver a seguir.

3. A EXPERIÊNCIA DE REFORMA AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO RURAL NO RIO GRANDE DO NORTE: ANÁLISE DOS IMPACTOS E RESULTADOS

Ao analisar a evolução recente da reforma agrária do estado do Rio Grande do Norte percebeu-se que os impactos gerados pelas forças externas não diferiram muito do restante do país e que as políticas no seu espaço, as quais tiveram seu processo de formulação, implantação e execução, seguiram a perspectiva nacional, principalmente no decorrer dos anos 90. As ações desenvolvidas neste estado, no âmbito da reforma agrária, também seguiram a lógica de desenvolvimento local e tiveram como suporte a fonte de financiamento do PROCERA e depois do PRONAF, além de tentar uma vinculação integral com o mercado.

A adaptação a ajustes e políticas macroeconômicas no Brasil desencadeou várias crises políticas e econômicas na década de 1990, as quais levaram o Banco Mundial a financiar a política desenvolvimentista e a lançar uma outra proposta baseada no desenvolvimento local, a qual buscou se constituir num processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais (agricultura familiar) capaz de promover o dinamismo econômico e o bem-estar.

Apesar do enfoque dado ao âmbito local, este não foi um processo independente, isto é, o desenvolvimento na instância micro esteve imbricado na noção do macro. Em outras palavras, mesmo dando-se ênfase ao desenvolvimento no interior dessas pequenas unidades territoriais, este não fugiu da lógica global da economia. O processo de globalização provocou uma necessidade liberalizante de organização e reestruturação do espaço promovendo a uniformização e padronização dos mercados de produtos e serviços que, por sua vez, tentou possibilitar e concretizar a integração dos mercados. Assim, apesar desse modelo possuir uma dimensão global, não deixou de valorizar as peculiaridades e vocações do desenvolvimento local enquanto estratégia de estruturação e implementação de projetos econômicos.

Dessa forma, a descentralização buscou viabilizar um aparato institucional com capacidade decisória e autonomia de gestão a municípios e comunidades possibilitando que estes pudessem se organizar e definir estratégias de ação e gestão de seus programas e projetos. Esse aparato institucional foi formado para a reforma agrária a partir do tripé: a) ação dos conselhos; b) a visão de desenvolvimento do poder local; e c) os serviços de assistência técnica. Remetendo-se a descentralização dos programas de reestruturação fundiária baseada no ideário de desenvolvimento local com a valorização da agricultura familiar, se fez necessário uma efetiva descentralização institucional onde, de acordo com NORTH (1990), pudesse haver um maior envolvimento e parceria entre as várias instâncias de poder e autoridade – federal, estadual e municipal – e a sociedade civil organizada.

Os serviços de assistência técnica, de acordo com a concepção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, foram direcionados aos assentados do Rio Grande do Norte, para a implantação e desenvolvimento de cultivos, armazenamento e comercialização (mercado), criação de animais, introdução de novas tecnologias e estímulo à organização dos assentamentos em cooperativas e associações.

No Rio Grande do Norte, a assistência técnica se apresentou como uma importante estratégia de integração para a consolidação e sobrevivência dos assentamentos. E esta integração deu-se inicialmente em 1996 por uma ação conjunta do INCRA e do movimento sindical, que decidiram realizar um projeto experimental de assistência técnica e capacitação junto aos assentamentos de reforma agrária. Este projeto, chamado de *Apoio à Capacitação para Gestão de Projetos Associativos* e desenvolvido em assentamentos das meso-regiões do Mato Grande e Oeste, constitui-se numa experiência-piloto de assistência técnica no Nordeste. Na prática, o INCRA transferiu ao Movimento dos Sem Terra, MST, e à Federação dos Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Norte, FETARN, a responsabilidade da contratação de organizações e técnicos para a realização dos serviços junto aos assentados. Diante dos resultados, os quais se apresentaram positivos, no ano de 1997 essa experiência foi ampliada para todo o Brasil, através de uma iniciativa governamental, o Projeto LUMIAR.

Visando suprir as necessidades dos assentados, tendo em vista proporcionar o desenvolvimento e a consolidação dos assentamentos, o LUMIAR objetivava ainda a inserção e a integração destes em mercados de produtos e serviços e, posteriormente, torná-los auto-suficiente. Para isso, seria necessário um suporte técnico mais diversificado de profissionais.

Uma das estratégias desenvolvidas inicialmente neste sentido foi tentar produzir frutas a partir da “integração” com empresas locais. Nesse contexto, o Rio Grande do Norte se configurava no estado do Nordeste de melhor desempenho no avanço da reforma agrária, principalmente na região de Mossoró, e as empresas passaram a ver nisso uma possibilidade de descentralizar, ou terceirizar suas atividades na fase de produção. Num acordo com a superintendência do INCRA-RN em 1996 foi iniciada a inserção de alguns assentamentos na produção de frutas, principalmente o melão. Visando inicialmente o mercado interno e regional, alguns projetos de assentamento foram aos poucos se integrando até atingir o padrão de produção para o mercado exportador, onde as grandes empresas atuavam como âncoras. As principais empresas eram a Mossoró Agro-Industrial S.A., MAISA, na área de influência de Mossoró e a Fruticultura do Nordeste Ltda., FRUNORTE, na área de influência de Açu. Estimulada pela política de financiamentos especiais para as áreas reformadas, inicialmente com o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, PROCERA e depois com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF, o qual foi criado em 1996, difundiu-se a produção irrigada em pequenas áreas, geralmente exploradas de forma coletiva, com base na reforma agrária e na agricultura familiar. A área de produção inicial nos projetos de assentamento para o ano de 1997 é a mostrada na TABELA 1.

TABELA 1: Demonstrativo das Áreas Irrigadas/Irrigáveis nos Projetos de Assentamento

| PROJETO DE ASSENTAMENTO | MUNICÍPIO | ÁREA IRRIGADA (ha) | CULTURAS EXPLORADAS |
|---------------------------------|-----------|--------------------|--|
| Hipólito | Mossoró | 30 | Melão, acerola |
| Palheiros | Açu | 10 | Melão, acerola e capim |
| Palheiros III | Upanema | 10 | Melão, acerola e capim |
| Favela | Mossoró | 28 | Melão, acerola, graviola, manga e caju |
| Mulunguzinho | Mossoró | 28 | Melão e graviola |
| Lorena | Mossoró | 48 | Melão, acerola, manga, caju, goiaba e melancia |
| Lagoa do Xavier/ São Vicente | Mossoró | 26 | Melão, acerola, graviola e goiaba |
| Catingueira | Baraúna | 30 | Acerola, melancia e tomate |
| Rancho do Pereiro | Baraúna | 25 | Acerola, melancia e tomate |
| Pico Estreito/ Tiradentes | Baraúna | 33 | Acerola, melancia e tomate |
| Poço de Baraúna | Baraúna | 10 | Melão, manga, melancia e mamão |
| Olho D'Água da Escada | Baraúna | 4 | Melão e melancia |
| TOTAL | - | 282 | - |

Fonte: INCRA-RN – Seção de Assentamentos, 2001.

A estratégia de “integração”, sob o comando das empresas MAISA e FRUNORTE não se dava exclusivamente com a produção das áreas de assentamento. Essa iniciativa se generalizou abrangendo alguns pequenos e médios produtores privados da região. Nesta estratégia, de acordo com NORTH (1990), os tipos de conhecimento e habilidades na produção, adquiridos na prática pelos “integrados” e transmitidos pela empresas, se tornaram

importantes quando refletidos numa compensação posterior. Isso aconteceu, mesmo as “regras do jogo” de NORTH (1990) não sendo muito claras, em função de uma assimetria no conhecimento das informações, principalmente as relacionadas com o beneficiamento e a comercialização, as quais eram mantidas em total sigilo pelas empresas.

Além da produção agrícola, as etapas que exigiam mais investimentos como o beneficiamento, acondicionamento e classificação das frutas, eram realizadas pelas empresas em seus *packing houses*. Com isso, começou a se constituir uma demanda específica por força de trabalho não-agrícola, sendo absorvidos geralmente assentados e agricultores familiares desempregados. Segundo informações em GOMES DA SILVA (2004), a MAISA e a FRUNORTE chegaram a contratar, no auge da “integração”, de 400 a 500 empregados, e cerca de 50% das frutas exportadas pelas empresas âncoras eram provenientes da produção “integrada” com os assentamentos e pequenos e médios produtores.

Mesmo com essa estratégia, as empresas foram se mostrando ao longo do tempo cada vez menos capazes de se sustentar no modelo vigente, o qual com impactos das forças da globalização tornou-se inviável a partir do final da década de 1990. Dessa forma, as principais empresas âncoras da fruticultura irrigada do Rio Grande do Norte, a MAISA e a FRUNORTE decretam falência, a primeira em 2002 e a última em 2003. A desestruturação dessas empresas deu lugar a uma nova configuração, onde parte do espaço passou a ser ocupado pelo capital internacional com a chegada no ano de 1996 da espanhola Directivos Agrícola e, em 1998, da DEL MONT FRESH PRODUCE, gigante norte-americana produtora e exportadora de frutas.

Por outro lado, outro tipo de configuração passou a acontecer, dessa vez pela reforma agrária e a agricultura familiar. Seguindo a tendência de bom desempenho na reforma agrária, esta se intensificou e passou a promover um significativo processo de reconfiguração do espaço rural do Rio Grande do Norte. A MAISA e a FRUNORTE se transformaram em assentamentos aumentando de forma impactante as estatísticas da reforma agrária estadual. Somente a MAISA, agora *Projeto de Assentamento Eldorado do Carajás* absorveu, de uma só vez no ano de 2003, cerca de 1.359 famílias em uma área de 20.202 hectares, se tornando o segundo maior assentamento do Brasil (Gazeta do Oeste, 20/04/2004). Isso pode ser notado no número de assentamentos, de área em hectares e famílias assentadas da TABELA 2, onde na composição da área total do estado chama a atenção os municípios de Mossoró, antes sede da MAISA, e Carnaubais, antes sede da FRUNORTE, os que mais detém áreas reformadas.

TABELA 2: Número de Assentamentos de Reforma Agrária do Pólo Assu-Mossoró e Famílias Assentadas

| LOCALIDADE | Nº DE Assentamentos | % do Estado | TOTAL (Em Hectares) | % do Estado | Nº FAMÍLIAS ASSENTADAS | % do Estado |
|--------------------------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|------------------------|---------------|
| Estado do Rio Grande do Norte | 239 | 100,00 | 427.000 | 100,00 | 15.447 | 100,00 |
| Carnaubais | 13 | 5,44 | 25.635 | 6,01 | 919 | 5,95 |
| Mossoró | 26 | 10,88 | 63.982 | 15,01 | 3.508 | 22,70 |

Fonte: INCRA-RN – Seção de Assentamentos, 2005.

A falência das grandes empresas deixou uma herança tecnológica significativa, a qual já se encontrava difundida e apropriada pelos assentados e pequenos e médios produtores privados, antes “integrados”, quando estes adotavam um padrão tecnológico semelhante ao desenvolvido por elas. Isso fez surgir uma demanda específica pelas tecnologias externas, antes fornecidas pelas empresas, sendo esta demanda logo suprida pela formação de vários estabelecimentos, principalmente em Mossoró, especializados na comercialização de insumos e implementos para irrigação. O beneficiamento passou, portanto, a ser feito em *packing houses* menores de grupos de médios produtores, e a comercialização a ser uma atribuição de escritórios privados. Essa nova configuração voltada para o mercado vem gerando um ambiente propício para a competição e para a inovação tecnológica e gerando uma

necessidade constante de sua atualização. E esta atualização passou a ser atribuição dos serviços de assistência técnica realizados especialmente pelo Estado através da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMATER, e por Organizações Não-Governamentais.

Os agricultores familiares e os assentados irrigados passaram a formar nos anos 90 o segmento mais “integrado” e a parte mais dinâmica do mercado agrícola do Rio Grande do Norte. Contudo, apesar de contarem com uma estrutura organizativa considerável formada por associações e cooperativas, estão enfrentando atualmente muitas dificuldades, como a deficiência de infra-estrutura de produção e comercialização, a falta de serviços de assistência técnica, pois o Projeto LUMIAR foi extinto em 2000, e a diminuição do acesso a políticas de financiamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate acerca da reforma agrária no Brasil mostra uma mudança ao longo de sua evolução, onde as idéias defendidas inicialmente pelos clássicos da década de 1950 direcionavam para uma lógica mais econômica e de produção. Para eles, a extinção dos restos feudais da economia brasileira se fazia necessária para a alteração e/ou eliminação do latifúndio mediante a modernização capitalista. Estas idéias foram reprimidas e superadas pelo desempenho dos Complexos Agroindustriais nos anos 70 e 80. Estes complexos, por sua vez, modernizaram o meio rural e cumpriram o seu papel de ofertar alimentos e financiar o balanço de pagamentos, porém passaram a gerar, em bases capitalistas insuficientes, problemas sociais como o desemprego, o subemprego de baixa remuneração e deficientes condições de trabalho. Além disso, não conseguiram alterar a estrutura fundiária, a qual somada com os excedentes de desempregados rurais passaram a pressionar por um novo modelo de reforma agrária e a estimular um novo debate nos anos 80.

Este novo debate, tendo como base as conseqüências sociais, passou a defender uma lógica mais social que econômica. A partir da década de 1990, esse debate se uniu às demandas dos movimentos sociais e às políticas liberais sugeridas por instituições multilaterais (BIRD, BID...), as quais tinham como foco a difusão do desenvolvimento local e a integração a mercados de produtos e serviços. Isso estimulou o avanço do processo de reforma agrária no Brasil, o qual o estado do Rio Grande do Norte se integrou e passou a ser um dos estados que mais demonstraram resultados positivos. E parte desses resultados se deveu ao processo pioneiro de “integração” entre alguns assentamentos e empresas âncoras.

Entretanto, a política da reforma agrária que teve como pano de fundo o processo de inclusão seguiu uma relação que, ao mesmo tempo em que incluía também excluía. Já que as políticas foram para estruturar os assentamentos para que possibilitasse uma inserção em mercados de produtos e serviços, alguns foram incluídos. No entanto, os que orientaram sua produção para o consumo de subsistência, ou que possuíam pouca ou nenhuma capacidade organizativa, se mantiveram marginalizados e excluídos. Além disso, a produção de frutas concentrada principalmente em um único produto comercial, o melão, descaracterizou os assentados da condição de agricultores familiares. A produção do melão necessitou de uma organização e reestruturação do espaço agrário, as quais promoveram uma uniformização e padronização e não a diversificação que é a característica da agricultura familiar.

Constata-se, portanto, uma incompatibilidade entre a concepção do desenvolvimento rural da agricultura familiar e este modelo desenvolvido pela reforma agrária potiguar. Dessa forma, nos termos da questão colocada aqui cabe ressaltar, portanto, que a experiência de reforma agrária, da forma como foi implementada e se desenvolve no estado do Rio Grande do Norte apresenta limitações quanto ao resgate da agricultura familiar e pouco contribui para servir de referência nas discussões em torno do desenvolvimento rural.

5. BIBLIOGRAFIA

GOMES DA SILVA, A. Do rural ao local: os reflexos das políticas públicas nos municípios rurais do Nordeste. *In: Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste*. Wanderley, M. N. B. (Org.) Campinas: Editora Ceres, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. (1988). O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. *In: A questão agrária hoje*. Stédile, J. P. (Org.) Porto Alegre: Editora Universidade, 2002.

GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed., 1977.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Superintendência do Rio Grande do Norte), *Seção de Assentamentos*, 2005.

NORTH, Douglass C. (1990) *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press, 152 p.

PAIM, Gilberto. *Industrialização e economia natural*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957 (Textos brasileiros de economia, 1).

POSSE de Terra. *Jornal Gazeta do Oeste*, Mossoró, RN, 20/04/2004.

PRADO Jr. Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RANGEL, I. *Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil*. Porto Alegre: Editora Universidade, 2000.

RANGEL, Ignácio. *Recursos ociosos na economia nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957 (Textos brasileiros de economia, 7).

VEIGA, J. E. (1991). Fundamentos do agrorreformismo. *In: A questão agrária hoje*. Stédile, J. P. (Org.) Porto Alegre: Editora Universidade, 2002.